

A IMPORTÂNCIA DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA O CRESCIMENTO DO TERRITÓRIO AÇU/MOSSORÓ NO PERÍODO DE 2010 A 2013

Alcivandia Ferreira de Mendonça

Graduanda do curso de Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). alcivandiaferreira@hotmail.com

Vívian Menezes da Silva

Graduanda do curso de Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Vivian_menezes@hotmail.com

Ienilton Alves Gurgel

Economista. Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. ienltongurgel@yahoo.com.br

Emanoel Márcio Nunes

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista de Produtividade do CNPq. emanoelnunes@uern.br

DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

Resumo:

O objetivo deste trabalho consiste em Relacionar em nível territorial/regional a importância dos Royalties em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), considerando a capacidade de atração e polarização, como também a capacidade de obtenção dos Royalties oriundos da produção de petróleo no território Açú-Mossoró. A metodologia utilizada para a realização do estudo se deu através de pesquisa bibliográfica que trata da temática, ao mesmo tempo utilizou-se do método de análise comparativa, tendo como base os quatorze municípios do território Açú/Mossoró. Para análise dos dados foram utilizados como fontes principais, aquelas fornecidas pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) e InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo (ANP). Acrescenta-se ainda que a cidade de Mossoró é a mais populosa do Território Açú-Mossoró e a segunda do estado do Rio Grande do Norte, além disso, é considerada a cidade polo de toda região Oeste Potiguar. Por fim, conclui-se que os Royalties não contribuem positivamente para o bem-estar da população (saneamento básico, energia, etc.) necessitando de uma maior eficiência por parte do setor público, ainda vale ressaltar que é importante que o município realize investimentos em infraestrutura e na diversificação de suas atividades econômicas, visto que o fim do petróleo, em determinado local, é uma questão de tempo, pois se trata de um recurso não renovável, finito.

Palavras-chave: Royalties; PIB; Território

1 Introdução

Um dos marcos da década de 1990 foi a aprovação da Lei nº 9.478/1997 conhecida como “Lei do Petróleo”, sendo criada a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis), onde está determinaria o fim do monopólio da Petrobras quanto a exploração, produção, pesquisa e refino de petróleo/gás natural, podendo essas atividades serem exercidas por outras empresas.

A ANP como órgão responsável pelas atividades referentes ao petróleo, gás natural e biocombustíveis, é responsável pelos processos de licitações junto as empresas interessadas pela exploração dos bens citados acima.

Os royalties constituem o pagamento feito pelos responsáveis pela exploração dos bens naturais ao governo federal a partir do mês em que as áreas exploradas começam a funcionar. De acordo com Caçador e Monte (2013), o seu valor será determinado multiplicando-se o equivalente a 10% do volume total da produção mensal de petróleo e gás natural do campo pelos seus respectivos preços de referência.

Os recursos advindos dos Royalties segundo a Lei nº7.525/86 devem ser aplicados em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico.

Com relação ao petróleo, adota-se, como preço de referência, a média ponderada dos preços de venda (sem tributos) praticados pela empresa no respectivo mês, ou um preço mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior. No caso do gás natural, o preço de referência será igual à média ponderada dos preços de venda (sem tributos) acordados nos contratos de fornecimento entre concessionário e compradores, deduzidas as tarifas relativas ao transporte do gás até os pontos de entrega (CAÇADOR; MONTE, p.268, 2013).

O estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios e uma população de cerca de 3.168.133 de habitantes de acordo com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo trata dos 14 municípios que compõem o território Açu/Mossoró, sendo eles: Açu, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel, e Tibau. Os principais municípios a serem analisados serão Mossoró e Açu por possuírem maior população e área territorial quando comparado aos demais.

O objetivo deste trabalho consiste em relacionar em nível territorial/regional a importância dos Royalties em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), considerando a

capacidade de atração e polarização, como também a capacidade de obtenção dos Royalties oriundos da produção de petróleo no território Açu/Mossoró.

2 A relação crescimento e desenvolvimento regional: algumas considerações

2.1. Crescimento x desenvolvimento

Em vários debates e discussões em torno da definição de desenvolvimento econômico, este esteve vinculado ao crescimento de uma região ou país. No entanto, os avanços científicos têm representado conquistas singulares para o discernimento do desenvolvimento. Recentemente, vários segmentos encontram-se atribuídos ao desenvolvimento visando a melhoria das condições de vida e reduzir as desigualdades regionais. Para Myrdal (1968) em sua obra *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*, se faz necessária prudência no desenvolvimento das ações executadas, pois as forças de mercado tende a aumentar as desigualdades regionais. Assim, as atividades econômicas encontram concentradas geograficamente em localidades que apresentem elementos favoráveis, enquanto as demais regiões, as menos concentradas, não teriam o mesmo destino.

Considerando a contribuição de Kageyama (2004), o desenvolvimento envolve uma variedade de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos, de maneira que se torna complexo apresentar uma definição precisa. Diante disso, este termo só poderá ser definido por meio de modelos que incluem decomposição de alguns de seus aspectos e aproximação por algumas formas de medidas. Da mesma forma, Sen (2000) aponta que o desenvolvimento exige capacidades para dos indivíduos para as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e perspectivas prósperas de condições de vida.

Quanto ao francês Perroux (1964), o desenvolvimento é uma concepção fruto da combinação de modificações mentais e sociais da população, a fim de gerar possibilidades de um aumento duradouro do produto real global. Portanto, não há como existir desenvolvimento de maneira isolada e com ações individualistas, pois nas primícias desse procedimento está na ação coletiva. Já para Hirschman (1958), o desenvolvimento econômico não depende tanto de encontrar agentes que direcionem os recursos e fatores de produção em um mesmo sentido, mas de incentivar e mobilizar, com princípios desenvolvimentistas os recursos e aptidões que

se encontram ocultos ou mau utilizados. Diante disso, um dos grandes desafios é desvincular-se do que Myrdal (1972) define *círculo vicioso*¹ entrelaçado e que só reproduz condições negativas e de atraso na economia do país. Dessa forma, o desenvolvimento econômico só poderá ser visualizado quando os resultados do crescimento e as condições adversas forem traduzidas na melhoria das condições de vida das pessoas.

É considerado necessário haver ações concretas para tornar o desenvolvimento visível, ou seja, o desenvolvimento econômico parte essencialmente da ação de planejar de forma sistêmica os planos desenvolvimentistas. Nesse sentido, destaca-se a importância de políticas e ações eficazes e inovadoras na política e planejamento elaborados pelos principais atores envolvidos na dinâmica e no processo desenvolvimentista. Nos países de economia avançada a combinação existente entre o crescimento e o desenvolvimento na economia é mais visível, ao passo que nas nações mais pobres apenas o crescimento econômico é mais destacado. Assim, para Myrdal (1972), uma das razões é a forte presença do interesse individual pulverizado e a ausência da ação coletiva nos países mais pobres, onde, nesse contexto, as nações mais avançadas formam grupo mais reduzido de países.

2.2 Royalties do petróleo

Com o decreto da Lei n° 9.478/97 chamada Lei do Petróleo, de acordo com Nogueira (2011), os principais beneficiados foram os estados e municípios devido um aumento acentuado nas receitas dos royalties do petróleo e gás repassados aos mesmos.

De acordo com Bregman & Pinto Jr. (2008), a Lei n° 9.478/97 ao promover a abertura do setor ocasionou substanciais alterações na estrutura das participações governamentais, pois, com a extinção do monopólio estatal tornava-se necessário assegurar que parte da renda petrolífera fosse destinada ao benefício da sociedade. Nesse sentido foram criadas três novas participações governamentais e ampliada a alíquota básica dos royalties (NOGUEIRA, p. 18, 2011).

Segundo Caçador e Monte (2013), os royalties constituem compensação financeira devida pelos concessionários a União, a serem pagos mensalmente, a partir do mês em que

¹ Causação circular e acumulativa pelo qual um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos. Myrdal (1972) defende que, em oposição aos efeitos regressivos existem, ao mesmo tempo, certos efeitos propulsores (*trickling down* ou *spread effects*) centrífugos que devem ser estimulados e propagados do centro dinâmico de expansão econômica para outras regiões. Em última instância, para este autor, os países ricos reproduzem a riqueza, enquanto os pobres tendem a reproduzir a pobreza.

um determinado campo começar a produzir. Os recursos advindos dos Royalties segundo a Lei nº7.525/86 devem ser aplicados em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico.

O seu valor será determinado multiplicando-se o equivalente a 10% do volume total da produção mensal de petróleo e gás natural do campo pelos seus respectivos preços de referência. Com relação ao petróleo, adota-se, como preço de referência, a média ponderada dos preços de venda (sem tributos) praticados pela empresa no respectivo mês, ou um preço mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior (CAÇADOR; MONTE p. 268, 2013).

Segundo Caçador e Monte (2013), preço de referência do gás natural será igual à média ponderada dos preços de venda acordados nos contratos de fornecimento entre concessionário e compradores, deduzidas as tarifas relativas ao transporte do gás até os pontos de entrega.

As participações governamentais de acordo com Nogueira (2011), preveem as seguintes receitas pelo setor público: o bônus de assinatura, participação especial, pagamento pela ocupação ou retenção da área e os royalties.

No entanto, a alíquota dos *royalties* pode variar até um mínimo de 5% sobre o volume de produção do campo. Para fazer isso, a ANP leva em conta riscos geológicos, expectativas de produção e outros fatores como produção em áreas remotas, produção de gás natural não associado ou de petróleo pesado, dificuldades operacionais, inexistência de infraestrutura para escoar a produção, distância até o mercado etc (BARBOSA, 2001 apud CAÇADOR; MONTE, p. 269, 2013).

O estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios e uma população de 3.168.133 habitantes de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e está localizado na região nordeste do Brasil. O estado possui seis territórios sendo: Território do Alto Oeste, Território do Açu/Mossoró, Território do Mato Grande, Território do Potengi, Território do Seridó e Território do Sertão do Apodi.

Para ter-se uma ideia, de acordo com o IBGE e ANP, em 2010, os municípios potiguares receberam aproximadamente R\$ 1,08 bilhão de Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e R\$ 148,7 milhões em recursos provenientes dos royalties

do petróleo e o governo do estado recebeu R\$ 158,9 milhões em royalties, totalizando R\$ 307,6 milhões (NOGUEIRA, p. 22, 2011).

O território Açú/Mossoró a ser analisado possui 14 municípios beneficiados pelos royalties do petróleo, e uma população, com base no senso de 2010, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) sendo eles: Açú com população de 53,227, Alto do Rodrigues com população de 12.305, Areia Branca com população de 25.315, Baraúna com população de 24.182, Carnaubais com população de 9.762, Grossos com população de 9.393, Ipanguaçu com população de 13.856, Itajá com população de 6.932, Mossoró com população de 289.815, Pendências com população de 13.432, Porto do Mangue com população de 5.217, São Rafael com população de 8.111, Serra do Mel com população de 10.287, e Tibau com população de 3.687.

Segundo Nogueira (2011) o estado é o maior produtor nacional de petróleo em terra além de possuir três unidades de processamento de gás natural.

Certamente estas duas atividades de extração mineral respondem pelo maior crescimento da economia do estado. Contudo, a falta de estrutura ainda é um entrave no desenvolvimento da economia Norte Rio-Grandense, embora, mais polos industriais estejam sendo montados, e melhorias e ampliações às estruturas de portos e aeroportos estão contribuindo para o incremento das atividades econômicas (IDEMA, 2010 apud NOGUEIRA, p. 25, 2011).

Mossoró é a segunda cidade mais populosa de todo o estado do Rio Grande do Norte e é considerada a cidade polo de toda região Oeste, sendo o município mais populoso do território Açú/Mossoró.

2.3 Metodologia

O Rio Grande do Norte está localizado na região nordeste do Brasil e possui, segundo o censo do IBGE (2010), uma área territorial de 52.811,110 Km² e uma população de 3.168.133, possuindo 167 municípios.

A Localização do Estudo é o conjunto dos municípios do território Açú/Mossoró, constituído pelas quatorze cidades a seguir: Açú, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel, Tibau. Como se apresenta na (**figura 01**).

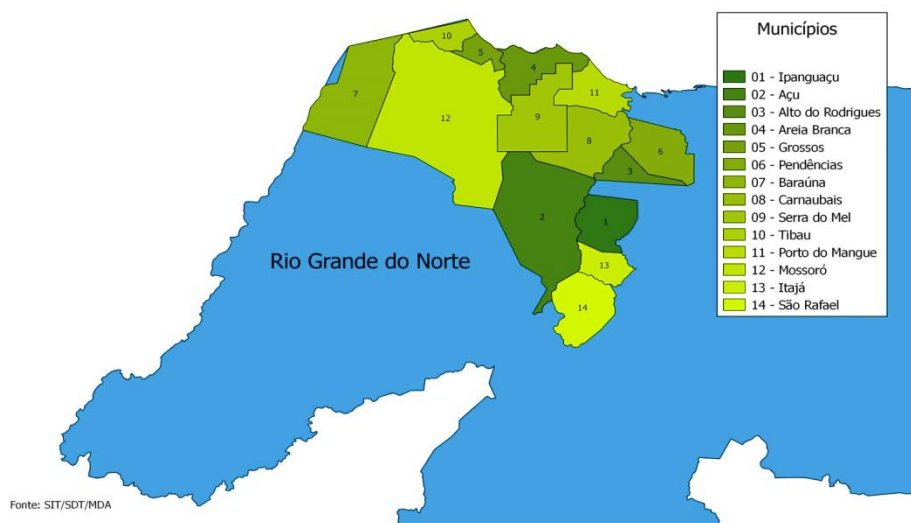


Figura 01 – Mapa do Território Açú-Mossoró
Fonte: Arquivos NEDET-UERN, 2015.

Os principais municípios a serem analisados serão Mossoró e Açu por possuírem maior população quando comparado aos demais, e por serem polo de atração, e as cidades de Alto do Rodrigues, Areia Branca, Mossoró e Pendências por serem as principais em recebimentos de Royalties no território estudado.

Para execução do artigo é utilizado o método de análise descritiva comparativa e para análise de dados são utilizados como fontes principais as fornecidas pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) e InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo (ANP).

2.4 Resultados e discussão

A (**tabela 01**) mostra a evolução de todas as cidades do território Açú/Mossoró no recebimento de *royalties* em valores correntes durante o período de 2010 até 2013, podendo assim destacar a cidades de Mossoró, cidade polo da região, que enfrenta um notório processo de retirada da indústria de petróleo e gás, tendo em vista a maior rentabilidade da exploração realizada em outros locais, principalmente na Bacia de Campos.

Rio Grande do Norte	Ano (R\$)			
Municípios Beneficiários	2010	2011	2012	2013
Açu	3.451.778,52	5.155.213,51	5.349.289,93	5.530.966,72
Alto do Rodrigues	3.148.356,90	7.381.055,39	28.267.673,17	24.031.516,79
Areia Branca	11.900.730,77	8.685.408,91	11.018.477,30	12.200.614,87
Baraúna	52.187,42	57.499,86	60.528,15	66.440,90
Carnaubais	1.439.052,20	3.605.179,05	4.730.677,46	3.793.532,98
Grossos	1.169.020,55	1.237.941,16	1.263.192,56	7.752.787,70
Ipangaçu	44.149,77	47.379,36	49.319,21	54.137,04
Itajá	40.136,16	43.072,15	44.835,64	49.215,47
Mossoró	18.095.308,42	23.364.161,02	30.234.229,72	37.676.153,81
Pendências	16.929.982,12	22.626.894,30	28.101.360,82	25.198.355,14
Porto do Mangue	3.112.572,98	3.051.748,62	2.980.386,81	2.306.182,31
São Rafael	40.136,16	43.072,15	44.835,64	49.215,47
Serra Do Mel	2.546.670,62	1.562.014,45	1.817.410,36	3.452.886,20
Tibau	792.686,12	801.628,82	778.948,98	5.636.422,48

Tabela 01 - Royalties em valores correntes das cidades do Território Açu/Mossoró do Período de 2010 à 2013

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo – ANP

Percebe-se que ao longo dos quatro anos em que é feita à análise, os quatro municípios que obtiveram a maior média de royalties foram: Mossoró, Pendência, Alto do Rodrigues e Areia Branca, como pode ser observado no **(gráfico 01)**. Vale ressaltar a cidade de Mossoró sempre em estado crescente no recebimento de royalties, ganhando destaque o município de Pendências pelo grande salto no ano de 2012 equivalente ao ano anterior.

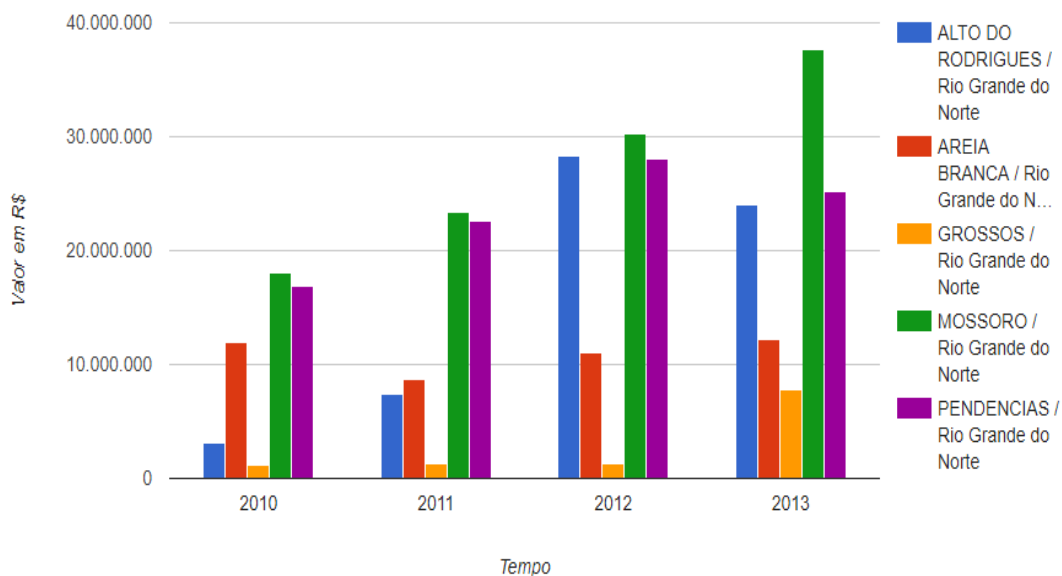


Gráfico 01 - Royalties em valores correntes das principais cidades do Território Açú/Mossoró do Período de 2010 à 2013

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo - ANP

O município de Mossoró, além de ter sido o maior receptor de *royalties* em valores correntes dentre os municípios do Território Açú-Mossoró, foi onde a indústria do petróleo se instalou, mantendo as sedes e principais operações financeiras das empresas, contando inclusive com uma ampla base da Petrobrás sediada nesse mesmo município.

A conjuntura se explica por ser a maior cidade entre as analisadas, contando com uma ampla infraestrutura de serviços já instalada. Natural, portanto, apresentar um crescimento mais lento que as cidades menores, exemplo Tibau, como pode ser mostrado na (**tabela 02**) em anexo.

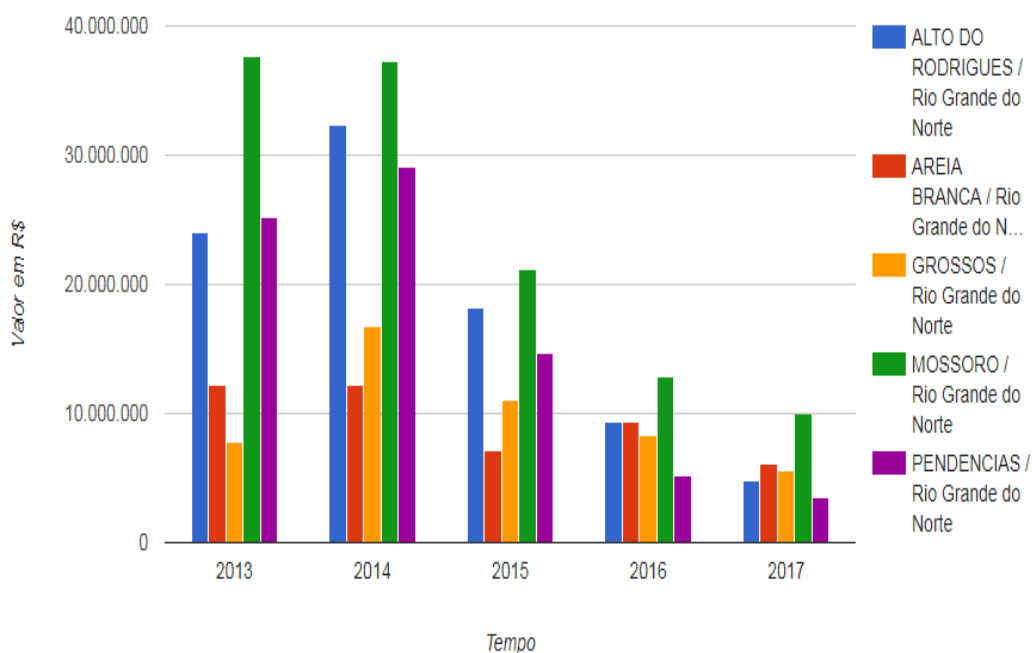


Gráfico 2 – Royalties em valores correntes das principais cidades do Território Açú/Mossoró do Período de 2013 à 2017

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo - ANP

De início, cabe ressaltar o grande impacto do recebimento de royalties nas cidades de pequena população, como destacado no (**gráfico 02**). Ficando claro que os *royalties* recebidos pelo município de Grossos ganha grande força no ano de 2014, superando a cidade de Areia Branca, consequentemente representando um grande impacto na economia desses municípios.

Ademais, assim como Mossoró, Areia Branca encontra-se com uma forte indústria já estabelecida, em especial a salineira, além de contar com um porto. Pendências e Alto do Rodrigues não contam com uma indústria já estabelecida, dependendo muito mais dos recursos públicos para se manter.

É notável a queda em recebimento de royalties a partir do ano de 2014, em virtude da redução dos investimentos da Petrobrás na região, ao se transferir para a área do Pré-Sal, a cidade de Mossoró viu quatro grandes empresas do setor petrolífero encerrarem suas atividades no município: Azevedo Travassos, Saipen, Tuscany e Perbras, com essas empresas fechando as portas, a situação impacta na quantidade de petróleo extraída (impactando, por conseguinte, na percepção de *royalties*).

3 Considerações Finais

Notou-se que diversos setores foram atingidos, devido ao efeito de polarização que esse tipo de atividade pode causar. Neste sentido, alguns estabelecimentos como hotéis, bares e restaurantes de Mossoró, que dependem da taxa de ocupação possuem nos trabalhadores da indústria do petróleo uma das pedras basilares, registrando queda nos últimos dois anos, resultando na perda de grande parte da renda

Fica claro o adensamento ou concentração territorial nessas cidades, podendo ser destacada a cidade de Mossoró. Uma simples redução das atividades da indústria do petróleo resulta na dependência de alguns setores da economia que são afetados de imediato, como é comum quando se trata de uma indústria de tão grande porte.

Devido a isso, é importante que os municípios analisados despertem para uma preocupação no sentido de realizarem cada vez mais investimentos em infraestrutura e na diversificação de suas atividades econômicas, visto que com o fim da exploração do petróleo, em determinado local, que é considerado uma questão de tempo, poderá causar um colapso econômico e uma tragédia social, pois se trata de um recurso não renovável, finito.

Concluiu-se que os Royalties não têm se mostrado muito menos refletido positivamente para o bem-estar da população (saneamento básico, energia, etc.), necessitando de uma maior eficiência por parte de mecanismos de política oriundos especialmente do arranjo governamental.

Referências Bibliográficas

CAÇADOR, S. B.; MONTE, E. Z. **Impacto dos Royalties do Petróleo nos Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios do Espírito Santo**. Interações, Campo Grande. v. 14. n. 2, p. 267-278, jul./dez. 2013.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INFOROYALTIES. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em 24 de out. de 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 24 de out. de 2017.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

NOGUEIRA, Lauro César Bezerra. **Royalties do Petróleo, Eficiência e Índices de Produtividade de Malmquist: O Caso dos Municípios Potiguares**. 2011. 74 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PERROUX, F. **L'économie du XXème siècle**, Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

ANEXO I

Cidades do território Açu/Mossoró	Produto Interno Bruto							
	2010		2011		2012		2013	
	A preços correntes (1 000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	<i>Per capita</i> (R\$)
Brasil	3.885.847 000	19.877,68	4.373.658 000	22.157,00	4.805.913.000	24.120,62	5.316.453.957	26.444,63
RN	36 184 782	11 421,48	41 002 010	12 818,51	46 384 742	14 368,62	51 445 700	15 247,87
Açu	425 484	7 991,06	576 216	10 743,08	653 504	12 094,98	742 559	13 176,68
Alto do Rodrigues	297 543	24 178,66	375 426	29 983,70	437 488	34 369,37	454 400	33 809,49
Areia Branca	743 044	29 412,35	851 629	33 359,26	958 650	37 249,39	897 179	33 392,09
Baraúna	309 662	12 802,85	345 894	14 068,75	548 959	21 978,59	585 149	22 209,33
Carnaubais	86 271	8 825,66	185 969	18 817,08	230 959	23 095,93	194 323	18 522,87
Grossos	228 170	24 291,50	277 169	29 234,12	237 928	24 872,28	228 798	22 884,33
Ipanguaçu	81 090	5 852,79	101 105	7 219,20	106 549	7 531,01	111 031	7 494,98
Itajá	40 964	5 892,38	52 654	7 538,09	56 984	8 098,86	57 286	7 808,92
Mossoró	4 530 192	17 431,46	5 308 469	20 157,93	6 062 219	22 725,54	6 538 346	23 325,08
Pendências	199 358	14 837,64	271 249	19 962,41	325 927	23 722,79	365 884	25 405,08
Porto do Mangue	200 691	38 468,70	283 699	53 467,58	273 265	50 679,67	236 565	41 582,94
São Rafael	40 317	4 973,70	43 205	5 330,63	48 574	5 998,27	57 822	6 923,96
Serra do Mel	78 901	7 674,43	122 498	11 727,94	122 591	11 568,46	115 136	10 317,76
Tibau	37 869	10 270,87	47 341	12 709,06	46 829	12 451,17	52 498	13 341,25

Tabela 2 - Produto Interno Bruto a preços correntes e Per capita das cidades do Território Açu/Mossoró do Período de 2010 a 2013

Fonte: IBGE, 2017. Elaboração dos autores